

RECEP GM/MJ
02/08/96.2
81
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700
l-oo
da

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO
DA DE BELEM, 108
Jurisdicção in rem
ERIO LONGMAN
Esônias
ERGIO LONGMAN
da substituição
FATIMA VIEIRA
do substituído

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Ene...
Estado Pernambuco
Pessoas Naturais
REGISTRO
Uma Zona Judiciária, em virt
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos -- Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil – História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Relatório.

guerrilha. Em 29 ou 30/09/1972, tombou em combate, conforme já descrito na apresentação resumida dos dois casos anteriores, de acordo com o Relatório Arroyo, em que Nurchis ainda tenta reanimar seu companheiro Haas, que tinha sido ferido de morte.

O relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, registra que "*Manuel foi preso em jun/63, quando distribuía panfletos subversivos em São Paulo. Em out./72, membro do PCdoB, morto em combate em Xambioá*". O Relatório do Ministério do Exército, do mesmo ano, acrescenta: "*Militante do PCdoB, utilizando-se dos codinomes Gil, Gilberto e Guilherme, tendo também realizado o curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim/China*".

O já citado relatório da 3ª Brigada de Infantaria, assinado pelo general Antônio Bandeira, também registra a ocorrência dessas três mortes: "*Da FT 6º BC – ação de patrulhamento, em 30 Set 72, executada no R dos Crente, por 1 GC, teve como resultado a morte dos seguintes terroristas:*

João Carlos Haas Sobrinho 'Juca' (membro da Comissão Militar)

Ciro Flávio Salazar de Oliveira 'Flávio' (Dst B – Grupo Castanhal do Alexandre)

José Manoel Nurchis 'Gil' (China Com) – Dst B – Grupo Castanhal do Alexandre".

Dower Cavalcanti, um dos militantes presos no Araguaia em 1972 que foram poupados, testemunhou que foi requisitado pelo general Bandeira para identificar alguns guerrilheiros mortos. Como os corpos já estavam em decomposição, a identificação foi realizada através de fotografias ampliadas. Eram João Carlos Haas, Ciro Flávio, José Toledo, Chaves e Nurchis. O general comentou nunca ter visto um homem tão macho como Nurchis, que enfrentou pára-quedistas em um combate que durou duas horas, só morrendo após receber o 12º tiro de metralhadora.

O livro *Operação Araguaia*, de Tais Morais e Eumano Silva registra sobre Nurchis: "*Morou na região da Gameleira. Agitado, falante e namorado, tornou-se exemplar cumpridor de tarefas do partido. Orgulhava-se do tempo em que morava em São Paulo e se destacava como um dos melhores vendedores do 'Classe Operária', principal jornal do PCdoB. Em setembro de 1972, fez parte de um grupo de cinco guerrilheiros encarregados pela Comissão Militar de retomar contato com o Destacamento C. Os combatentes comunistas encontraram várias patrulhas militares. Em um dos confrontos, no último dia do mês, morreu junto com Juca e Flávio. Sua morte foi registrada na Operação Papagaio em 30/9/72*".

OS CASOS DE 1973

Pelas informações que puderem ser colhidas e analisadas até o presente momento, depois de setembro de 1972 não teriam ocorrido novas mortes de guerrilheiros até o mês de agosto do ano seguinte. Conforme já explicado no início deste bloco sobre o Araguaia, as forças de contra-insurgência retiraram da área o grosso de seus efetivos em outubro, deixando apenas pequenos contingentes fardados. Mas infiltraram na região os agentes da Operação Sucuri, destinada a colher informações detalhadas sobre os militantes e sobre toda a estrutura do PCdoB na região. Com base nesse trabalho de inteligência militar, um ano depois, em outubro de 1973, seria desencadeada a terceira expedição das forças de repressão, que aniquilou a guerrilha antes do final de 1974.

A primeira das mortes relatadas a seguir, que teria sido um acidente do guerrilheiro com a própria arma, em agosto de 1973, é a única registrada no intervalo de quase um ano de aparente trégua. Durante esse período, as forças do regime militar aprofundaram seu plano secreto de coleta de informações e os guerrilheiros bus-

caram reforçar seus vínculos com os moradores da região. Os demais casos já correspondem à terceira e última campanha.

Assim é que, em 14/10/1973, desenvolvendo nova mobilização maciça de contingentes, militares do Exército prepararam uma emboscada na roça do lavrador Antônio Alfredo Campos, às margens do Rio Fortaleza, na Fazenda Caçador. Ali foram mortos quatro guerrilheiros. Apenas um conseguiu fugir, falecendo meses depois. Todos pertenciam ao Destacamento A. Os corpos dos guerrilheiros teriam sido enterrados no mesmo local em que morreram. Numa das tentativas de se localizar restos mortais na região, anos depois, foi encontrada uma arcada dentária humana no local dessa emboscada.

Os corpos de André Graboys, comandante do Destacamento A, Antônio Alfredo de Lima, João Gualberto Calatrone e Divino Ferreira de Souza não foram encontrados até hoje. O guerrilheiro Divino, ferido na emboscada, foi preso e morto na prisão, conforme relato de moradores da região. Dermeval da Silva Pereira conseguiu fugir, sendo preso mais tarde.

Conforme o relatório Arroyo, "*Alfredo (Antônio Alfredo) na ocasião insistiu com Zé Carlos (André Grabois) para que fossem apanhar dois porcos dele que se encontravam numa roça próxima. Os porcos ajudariam a alimentação dos guerrilheiros. Zé Carlos considerou temerário o projeto de Alfredo. Chegou a dizer: 'Não vamos morrer pela boca'. Sabia que o Exército provavelmente estaria emboscado na roça onde se encontravam os porcos. No dia seguinte, saíram cinco companheiros para apanhar farinha num depósito e, se nada de anormal notassem, poderiam ir apanhar os porcos. Mas no caminho decidiram ir, primeiramente, apanhar os porcos. Lá chegaram cerca das 9 horas. Mataram os porcos com quatro tiros e os levaram para um lugar limpo a fim de retalhá-los. Fizeram fogo de palha para pelar os porcos. Uma hora depois estava terminado o serviço. Mas quando foram carregar a carne, as alças das mochilas quebraram. Alfredo resolveu então improvisar um atado de cipó (vira-mundo) para carregar nas costas. Quando terminou o último atado eram já 12 horas. Estavam presentes os companheiros: Zé Carlos (André), Nunes (Divino Ferreira de Souza), Alfredo, Zebão (João Gualberto) e João (Dermeval da Silva Pereira). Preparavam-se para sair quando Alfredo ouviu um barulho esquisito. Chamou a atenção de João. Este, porém, achou que era uma palha de coqueiro que tinha caído. Ato contínuo, apareceram os soldados, apontando suas armas. Atiraram sobre o grupo. João conseguiu escapar, os outros foram mortos. Não tiveram tempo nem de pegar as armas (14/10/73)".*

Matéria publicada no jornal *O Globo*, em 02/05/96 com os títulos, "Ex-guia mostra onde os corpos foram enterrados", "De Xambioá a Marabá, o roteiro dos cemitérios" e "Moradores contam a prisão e a morte de guerrilheiros", assinadas por Amaury Ribeiro Jr., trouxeram depoimento de uma testemunha ocular do ocorrido. Segundo o guia Manuel Leal Lima, o Vanu, contou ao jornalista, "*ele guiava o pelotão de 15 soldados, comandados pelos oficiais Cid e Adulpro, por volta das 2h da tarde. Famintos, os quatro guerrilheiros carregavam nas costas três porcos abatidos na Fazenda do Caçador, de propriedade de Geraldo de Souza, um ex-delegado de São Domingos que trabalhava como guia do Exército. O barulho dos tiros dos guerrilheiros para matar os porcos alertou a patrulha. Segundo Vanu, o Exército chegou na fazenda atirando. Alfredo ainda tentou reagir, disparando dois tiros que se perderam na mata. Foi fuzilado em seguida. João Gualberto também foi morto, quando tentou se esconder atrás de uma castanheira. André Grabois foi o primeiro a ser atingido, morrendo em seguida. Depois de recolher a munição e as armas dos guerrilheiros – sete quilos de munição e cinco revólveres 38 – o major Cid ordenou ao guia: – Ponha os corpos em cima do burro e enterre os terroristas a três quilômetros de distância em direção ao rio. As covas têm que ficar a um quilômetro e meio de distância uma da outra. – As cabeças dos 'paulistas' iam balançando no burro lentamente, totalmente arrebatadas. Depois de enterrar os corpos, fui resgatado por um helicóptero que levou o Nunes, ferido com vários tiros, até o DNER, onde ele e mais 20 outros guerrilheiros foram enterrados – conta Vanu".*



ROSALINDO DE SOUZA (1940–1973)

Número do processo: 125/96

Filiação: Lindaura Correia Silva e Rosalvo Cypriano Sousa

Data e local de nascimento: 02/01/1940, Caldeirão Grande (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre 16/08 e setembro/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Caldeirão Grande mudou-se para a cidade de Itapetinga, em 1945, com a família, onde concluiu o curso ginásial no Centro Educacional Alfredo Dutra. Em 1957, já em Salvador, interrompeu os estudos, no terceiro ano, para ingressar no serviço militar. No Exército, fez os cursos de cabo e sargento, dando baixa em 1960.

Em 1961, trabalhou como diretor da secretaria da Câmara Municipal de Itapetinga. Em 1963, iniciou o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia, sendo nomeado na mesma época escrivão do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes. Cinco anos depois, já militante do PCdoB, foi eleito presidente do Diretório Acadêmico Rui Barbosa da Faculdade de Direito da UFBA, quando teve início a sua perseguição política. Tornou-se dirigente estadual do PCdoB na Bahia.

Após o AI-5, foi impedido de se matricular em sua faculdade e mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1969, onde residiu por algum tempo com o casal Dinalva e Antonio Carlos, seus amigos da Bahia, também combatentes e mortos no Araguaia. Rosalindo terminou o curso de Direito na Faculdade Cândido Mendes e se inscreveu na OAB em 31/03/1970. Voltou a Itapetinga e montou um escritório de advocacia. No ano seguinte, foi denunciado perante a Justiça Militar e julgado à revelia no dia 13/05/1971, sendo condenado a dois anos e dois meses

de reclusão. Dias antes do julgamento, em 22/04/1971, viajou para o Araguaia, região de Caianos, integrou-se ao Destacamento C e ficou conhecido como Mundico. Lá, desenvolveu o hábito de fazer cordéis, sendo de sua autoria um que aborda os 27 pontos da União de Luta pelos Direitos do Povo – ULDP. Esse cordel chegou a ser recitado por moradores da região.

Quanto à data de sua morte, existe uma referência ao dia 16 de agosto, mas também existe o registro do mês setembro. Ângelo Arroyo comenta em seu relatório: "...acontecimentos negativos ocorreram também em setembro: a morte de Mundico, do C, por acidente com a arma que portava...". No entanto, segundo o Relatório do Ministério do Exército, entregue em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, Rosalindo "teria sido morto no dia 6 Ago 73, em combate com as forças de segurança". Já o relatório da Marinha, do mesmo ano, também marca setembro: "relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural, levada a efeito pelo comitê central do PCdoB, em Xambioá. Morto em SET 73".

Em declaração prestada ao Ministério Público, em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01, Sinésio Martins Ribeiro, ex-colaborador do Exército na região, conta que quando ainda estava preso no curral da base de Xambioá, viu a cabeça do Mundico. Isto se deu entre agosto e setembro, "porque as roças ainda não tinham sido queimadas e quem descobriu a sepultura foi o João do Buraco, proprietário do local onde estava enterrado o Mundico. As terras do João do Buraco eram freqüentadas pelos guerrilheiros e João do Buraco, ao ser preso pelo Exército, mostrou a sepultura. O Exército não havia travado combates neste local e por isso disse que foram os guerrilheiros que mataram o Mundico. O Exército chegou lá por volta de 4 ou 5 dias após, cavou a sepultura, cortou a cabeça e enterrou novamente o corpo. A cabeça foi levada para a base e mostrada aos presos para reconhecimento. Ela estava meio destruída, o cabelo solto e João do Buraco reconheceu o Mundico. Os documentos estavam com o morto e a cabeça do Mundico ficou exposta uns dois dias perto do barracão do Exército e foi enterrada perto de um pé de jatobá que ficava perto da base".

Importa registrar, aqui, que nos dois livros mais recentes sobre o episódio histórico do Araguaia, os autores dão guarida a uma versão que militares participantes da repressão à guerrilha sustentam, taxativamente, de que Mundico teria sido "justiçado" pelos próprios guerrilheiros. Vale registrar que tal informação também pode representar mais uma tentativa de desmoralizar os militantes mortos, como era prática rotineira dos órgãos de segurança do regime militar, conforme já relatado em inúmeros casos deste livro-relatório.



ANDRÉ GRABOIS (1946–1973)

Número do processo: 055/96

Filiação: Alzira Costa Reis e Maurício Grabois

Data e local de nascimento: 03/07/1946, Rio de Janeiro

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 13 ou 14/10/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Filho do histórico dirigente comunista Maurício Grabois, André nasceu no Rio de Janeiro no mesmo ano em que seu pai assumiu a cadeira de deputado constituinte, após a derrocada do Estado Novo. Fez o curso primário na Escola Municipal Pedro Ernesto e o ginásio no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói. Desde muito cedo, pelo convívio com militantes comunistas, André interessou-se pelas questões políticas e sociais. A partir de abril de 1964, devido às perseguições movidas contra seus pais Maurício Grabois e Alzira da Costa Reys, foi obrigado a abandonar seus estudos e, com apenas 17 anos, passou a viver na clandestinidade. Na juventude, tornou-se muito amigo de um jovem italiano cuja família residia no Rio de Janeiro, Libero Giancarlo Castiglia, que também se deslocou para o Araguaia e morreu no dia de Natal de 1973.

A vida de militante levou André a viajar ao exterior em 1967, para fazer cursos de capacitação política na China e na Albânia. Foi um dos primeiros a chegar à região do Araguaia, indo para a localidade de Faveira, no início de 1968. Antes chegou a residir em Rondonópolis, onde construiu um campo de futebol e organizou um time. No Araguaia, ficou conhecido como jovem brincalhão, muito apreciador das festas

locais. Conheceu ali a militante do PCdoB Criméia Almeida, com quem iniciou relacionamento amoroso que viria a gerar um filho, João Carlos, que nasceu na prisão e a quem não chegou a conhecer. André Grabois era o comandante do Destacamento A da guerrilha.

As condições de sua morte já moram relatadas acima, seguindo a narração do Relatório Arroyo, que aponta como data o dia 14 de outubro. O relatório da Aeronáutica afirma que André era, "militante do PCdoB e guerrilheiro no Araguaia". E o relatório da Marinha registra: "NOV/74, relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural, levada a efeito pelo comitê central do PCdoB, em Xambioá. Morto em 13/10/1973".

No chamado "livro secreto do Exército", consta na página 783 sobre as três mortes: "Os subversivos haviam no primeiro combate de encontro com as forças legais sofrido quatro baixas e perdido três depósitos na área da Transamazônica. Havia morrido no enfrentamento com as 'forças da repressão': Jovino Ferreira de Souza (Nunes) – na verdade, Divino –, André Grabois (José Carlos), João Gualberto Calatronic (Zebão) – pertencentes ao Dst A – e Antonio Alfredo Campos (elemento de apoio da área)".

No livro *Operação Araguaia*, de Tais Morais e Eumano Silva, consta ainda a informação de que André, antes de morrer, teria participado do assalto a um posto da Polícia Militar de Brejo Grande, na Transamazônica, e que os dois companheiros que morreram com ele estavam vestidos com fardas da PM, subtraídas naquele ataque, que Elio Gaspari computa como o mais ousado ataque efetuado pelos guerrilheiros em todo o período.

No relatório apresentado por quatro procuradores do Ministério Público Federal em 2002, também está registrado: "José Carlos: ANDRÉ GRABOIS, morto em confronto na Fazenda do Geraldo Martins (Município de São Domingos do Araguaia), foi enterrado em uma cova rasa na região do Caçador, próximo à casa do pai de Antônio Félix da Silva", repetindo-se a mesma informação, em seguida, para João Gualberto Calatronic e Antonio Alfredo Campos.



ANTÔNIO ALFREDO DE LIMA (1938-1973)

Número do processo: 339/96

Filiação: não consta

Data e local de nascimento: 1938, no estado do Pará

Organização política ou atividade: Forças Guerrilheiras do Araguaia

Data do desaparecimento: 13 ou 14/10/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos do anexo da Lei nº 9.140/95 como Antônio Alfredo Campos. Lavrador, natural do estado do Pará, tinha 35 anos quando foi morto pelas forças armadas, no dia 14/10/73, em sua roça, às margens do rio Fortaleza, em São João do Araguaia, conforme registrado no Relatório Arroyo. Foi barqueiro, vaqueiro, tropeiro, castanheiro e lavrador. Vivia com a mulher e três filhos como posseiro, no município de São João do Araguaia, quando foi ameaçado de expulsão e morte por grileiros e intimado a abandonar o local. Resistiu, aderindo à guerrilha. Dizia: "*Posseiro que se entrega a grileiro, vira andarilho no mundo, sempre com seus bagulhos nas costas, sem ter onde cair morto*".

Segundo relatos de pessoas da região, gostava de ensinar e transmitia suas experiências de caçador e mateiro aos companheiros. Alfredo também tinha muita disposição para o aprendizado. Analfabeto, em poucos meses aprendeu a ler e escrever. Aconselhava os outros lavradores a fazerem o mesmo. No início de outubro de 1973, sua mulher, Oneide, e os filhos foram presos e torturados. Mesmo assim Alfredo permaneceu na luta, sendo morto uma semana depois, em companhia de André Grabois, João Gualberto e Divino.

Em 17/06/2007, o jornalista Leonel Rocha publicou matéria no *Correio Braziliense* com informações sobre a possível localização dos corpos de Antonio Alfredo, André e João Gualberto: "*Manoel Lima, conhecido como Vanu, foi um dos principais guias do Exército. E também*

de maior confiança. Ele ficou encarregado de transportar os corpos dos guerrilheiros José Carlos, codinome de André Grabois, desaparecido desde outubro de 1973; Zebão, nome fictício de João Gualberto Calatrone, desaparecido em 1973; e de Antônio Alfredo de Lima, morto em outubro do mesmo ano. 'Eu enterrei os três guerrilheiros aqui, na mesma cova', aponta Manu para o terreno onde os revoltosos tinham construído uma casa. Neste local, a viúva de José Carlos, Criméia Almeida, realizou buscas há cerca de cinco anos, mas nada encontrou. O mateiro garante que as escavações foram feitas em local errado".



JOÃO GUALBERTO CALATRONE (1951-1973)

Número do processo: 220/96

Filiação: Osória de Lima Calatrone e Clotildio Bueno Calatrone

Data e local de nascimento: 07/01/1951, Nova Venécia (ES)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 13 ou 14/10/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Embora sejam muito escassas as informações biográficas que puderam ser colhidas a respeito de João Gualberto Calatrone, sabe-se que teve destacada atuação política no Espírito Santo como estudante secundarista. Formou-se em contabilidade no nível técnico. Em 1970, foi residir no Araguaia na posse do Chega com Jeito, próximo a Brejo Grande, adotando o nome Zebão. Na vida rural, se destacou como tropeiro e mateiro, de acordo com depoimentos de pessoas que conviveram com ele. Calado, ouvia mais que falava, mas sempre tinha uma solução para os problemas que apareciam. Tinha grande capacidade para improvisações. Foi combatente do Destacamento A até sua morte, aos 22 anos de idade, quando foi surpreendido em companhia de André, Antonio Alfredo e Divino.

O jornalista Hugo Studart informa em *A Lei da Selva* que o Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram diretamente da repressão à guerrilha, dá como data de sua morte o dia 13 de outubro de 1973.



DIVINO FERREIRA DE SOUZA (1942-1973)

Número do processo: 030/96

Filiação: Maria Gomes Santos e José Ferreira de Souza

Data e local de nascimento: 12/09/1942, Caldas Novas (GO)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 13 ou 14/10/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Filho de uma família pequena, tinha apenas uma irmã, Terezinha. A família mudou-se de Caldas Novas para Goiânia em 1947. Já aos 8 anos de idade, passou a trabalhar vendendo jornais. Ainda estudante do Colégio Comércio de Campinas, participou de várias greves. Em 1961 tornou-se membro da União Goiana dos Estudantes Secundaristas. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, atribui a ele a participação em um assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis (GO), em 1965, de onde foram roubadas armas e munições.

Em 1966, Divino viajou para a China junto com Michéas Gomes de Almeida, o Zezinho do Araguaia, que retirou da área Ângelo Arroyo no início de 1974. Numa escala no aeroporto de Karachi, no Paquistão, a CIA teria retido por duas horas o avião querendo prender Divino. A solidariedade dos demais passageiros teria inviabilizado a tentativa da agência norte-americana de inteligência e o grupo conseguiu chegar a Pequim, onde recebeu capacitação política e militar.

Depois da China, Divino regressou clandestinamente ao Brasil, indo viver no interior de Goiás e depois no Araguaia, na região de Brejo Grande, onde trabalhava como comerciante e agricultor. Lá passou a integrar o destacamento A da Guerrilha, sendo conhecido por Nunes.

quando o PCdoB recebia forte influência do pensamento maoísta, Grabois foi destacado para dedicar-se ao estabelecimento de uma área de preparação da guerra popular prolongada, na região do Araguaia, onde passou a viver, estabelecendo-se na localidade de Faveira e sendo conhecido como Mário. Há registros de que chegou à região exatamente no dia de Natal de 1967, sendo morto também no Natal de 1973.

O último contato com sua mulher, Alzira da Costa Reys, foi em janeiro de 1972. Maurício teve um casal de filhos: André Grabois, também militante do PCdoB e morto no Araguaia, em outubro de 1973, e Vitória Lavinia Grabois Olímpio, que tinha sido casada com outro desaparecido do Araguaia, Gilberto Olímpio Maria. Em 10/10/1982, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou que Maurício morreu com um tiro de FAL na cabeça, que arrancou-lhe o cérebro, e outro na perna, que provocou fratura exposta. Em 17/10/1982, o colunista Carlos Castello Branco escreveu no *Jornal do Brasil* que ouviu do general Hugo Abreu a informação de que Maurício Grabois estava enterrado na Serra das Andorinhas. O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, confirma que Maurício foi morto em 25/12/1973, em Xambioá.

O jornalista Elio Gaspari escreveu:

"A guerrilha do Araguaia começou a acabar na segunda semana de dezembro. Os quadros do PCdoB no Araguaia eram 44. Camponeses, só dois. A maior parte dos combatentes juntou-se numa só coluna de 23 pessoas. Outros 15 guerrilheiros convergiram para um morrote na região de Palestina, perto da Transamazônica. Lá acampou a comissão militar. Havia mais seis cumprindo tarefas em outros lugares. A manobra concentraria toda a força guerrilheira numa área de, no máximo, 50 quilômetros quadrados. Só a certeza de que o Exército não tinha tropa poderia justificar essa decisão. (...)

Entre os dias 20 e 21 de dezembro uma patrulha militar achava um forte rastro de uma coluna guerrilheira e seguiu-a à distância. Dois dias depois, outras duas patrulhas entraram na mata com o objetivo de cortar o caminho de sua vanguarda. (...) Na manhã do Natal de 1973 uma das patrulhas estava na região de Palestina. O acaso fez com que uma tropa que pretendia interceptar a marcha de uma coluna de guerrilheiros acabasse passando por seu ponto de destino, o morro onde estava a comissão militar.

Maurício Grabois, o Mário, pode ter sido o primeiro guerrilheiro a morrer. A narrativa de um oficial que se encontrava na região mas não presenciou o choque informa que ele estava sentado numa trilha quando, para surpresa mútua, um tenente viu-o à sua frente. Grabois tinha um revólver 38 e o oficial, uma submetralhadora. As duas armas travaram, mas o tenente teve a segunda chance. Há ainda duas outras versões. Numa, ele foi surpreendido enquanto comia. Na outra, foi morto em combate. Nesse choque morreram mais quatro guerrilheiros, entre eles seu genro Pedro. Grabois guardava consigo o arquivo da guerra. Desde o seu diário de campanha, até a coleção de panfletos, hinós e poemas de combatentes. Ao tiroteio seguiu-se uma revoada de aviões e helicópteros que por todo o dia desembarcaram tropas e levaram para Marabá o que acharam. Tanto cadáveres como mochilas e objetos pessoais".

O centro oficial de estudos, pesquisas, debates, publicações e formação política do PCdoB recebeu o nome Instituto Maurício Grabois.



GILBERTO OLÍMPIO MARIA (1942–1973)

Número do processo: 242/96

Filiação: Rosa Cabello Maria e Antônio Olímpio Maria

Data e local de nascimento: 11/03/1942, Mirassol (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 25/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Iniciou os estudos em sua terra natal, Mirassol (SP) e mais tarde mudou-se para São Paulo, onde estudou no Colégio Sarmiento. Começou a militância política no PCB e posteriormente se transferiu para o PCdoB. A partir de 1961, durante dois anos, cursou Engenharia na Tche-

coslováquia, junto com Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, de quem se tornara amigo. Trabalhou e escreveu no jornal *A Classe Operária* até abril de 1964, quando passou a viver na clandestinidade.

Em 30/12/1964 casou-se com Victoria Grabois, filha de Maurício Grabois, em Araraquara (SP), e os dois se mudaram para Guiratinga (MT). Junto com Paulo Rodrigues e Osvaldão, tentaram organizar os camponeses na resistência à ditadura, mas em 1965 foram obrigados a abandonar essa atividade porque surgiu a possibilidade de serem detectados pelos órgãos de segurança do regime militar.

Em 1966, mesmo ano em que nasceu seu filho Igor, hoje dirigente do Partido Comunista Brasileiro, foi para a China, onde recebeu adiestramento militar. Retornando ao Brasil, morou em diversos locais do interior, inclusive Porto Franco (MA), com o médico João Carlos Haas Sobrinho, na companhia de quem se mudou, em 1969, para Caianos, localidade próxima ao rio Araguaia. Em Porto Franco, Gilberto era tido como pessoa inteligente e cativante, sendo dono do único jeep do local. Na Guerrilha do Araguaia usou o nome Pedro e atuava junto à Comissão Militar, sendo nomeado, mais tarde, comandante do Destacamento C, junto com Dinalva, a Dina, a quem se ligou depois de ela ter se separado do marido Antonio.

Ao lado de Paulo Rodrigues e outros companheiros, fundou o povoado de São João dos Perdidos, distrito de Conceição do Araguaia (PA). Morreu metralhado junto com o ex-sogro Maurício Grabois, Paulo Rodrigues e Guilherme Lund. O relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, é o único documento oficial do Estado brasileiro, até hoje, a reconhecer a morte desses quatro militantes, indicando como data 25/12/1973.



PAULO MENDES RODRIGUES (1931–1973)

Número do processo: 131/96

Filiação: Otilia Mendes Rodrigues e Francisco Alves Rodrigues

Data e local de nascimento: 25/09/1931, Cruz Alta (RS)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 25/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Gaúcho de Cruz Alta, Paulo Mendes começou a militância política no início da década de 1960. Economista de formação, viveu em São Leopoldo (RS) antes do Golpe de Estado de 1964. Abandonou a profissão em função das perseguições políticas. Em documentos dos órgãos de inteligência do regime militar, seu nome consta de uma relação de militantes do PCdoB que teriam recebido treinamento de guerrilhas na China, ao lado de Osvaldão, João Carlos Haas, André Grabois, Gilberto Olímpio Maria, Michéas, Divino, Miguel Pereira dos Santos, Nelson Piauhi Dourado e José Humberto Bronca.

Foi um dos primeiros quadros do PCdoB a ser implantado na região do Araguaia, comprando terras em Caianos. Membro efetivo do Comitê Central do PCdoB, foi hábil criador de gado na região. Conhecido como "médico" pelos moradores locais, foi comandante do Destacamento C da Guerrilha, até ser transferido para a guarda da Comissão Militar. Morreu em 25/12/1973, juntamente com Maurício Grabois, Gilberto Olímpio Maria e Guilherme Gomes Lund.

Segundo o *Jornal do Brasil* de 24/03/1992 seu corpo estava crivado de balas. Nas fichas entregues ao jornal *O Globo*, em 1996 há a seguinte anotação: "Paulo Mendes Rodrigues ou Paulo Rodrigues Milhomen, membro da Comissão Militar, morto em 25 Dez 73".

No livro *Operação Araguaia*, de Tais Moraes e Eumano Silva, consta sobre ele: "As baixas sofridas nos primeiros meses de confronto deixaram Paulo transtornado. O Destacamento C ficou oito meses isolado da Comissão Militar. Quando o contato foi retomado, Paulo perdeu o cargo de comandante para Pedro Gil (Gilberto Olímpio) e passou a integrar a CM. A partir do ataque do Natal de 1973, não foi mais visto".



GUILHERME GOMES LUND (1947-1973)

Número do processo: 153/96

Filiação: Júlia Gomes Lund e João Carlos Lund

Data e local de nascimento: 11/07/1947, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

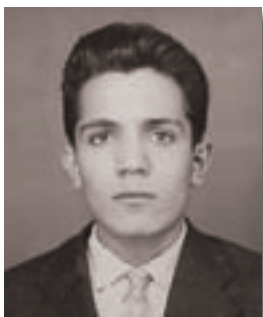
Data do desaparecimento: 25/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Filho de uma família da classe média carioca, cursou o secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro e, posteriormente, no Colégio Santo Antônio Maria Zaccaria e Colégio Vitor. Em 1967, ingressou na Faculdade Nacional de Arquitetura da UFRJ, onde foi contemporâneo de Ciro Flávio Salazar de Oliveira, também desaparecido no Araguaia. Cursou até o segundo ano da faculdade e participou do Movimento Estudantil da época. Em 26 de junho de 1968, dia da Passeata dos Cem Mil, foi preso com outros companheiros, quando distribuía panfletos na avenida Presidente Vargas. Foi libertado em 10 de julho e, posteriormente, condenado a seis meses de prisão, pena que não cumpriu. Em 1969, mudou-se para Porto Alegre e, no início de 1970, já militante do PCdoB, foi deslocado para o Araguaia.

Ao comunicar a seus pais sua decisão de abandonar a cidade e dedicar-se à luta disse: *"Cada vez se torna mais difícil para os jovens se manterem nesse estado de coisas atual. Não há perspectivas para a maioria dentro do atual status, muito menos para mim que não consigo ser inconsciente ou alienado a tudo que se passa em volta ... Minha decisão é firme e bem pensada... No momento só há mesmo uma saída: transformar este país, é o próprio governo que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta enquanto a violência popular é justa, porque está a favor do progresso e da justiça social"*.

No Araguaia, Guilherme se valeu de sua prática de hipismo e natação, transformando-se em um destacado tropeiro. Pertenceu ao Destacamento A, depois ao Destacamento C e incorporou-se à guarda da Comissão Militar. Está desaparecido desde o ataque do dia de Natal de 1973, quando estava gravemente atingido por malária. O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, relaciona Guilherme Lund entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural pelo Comitê Central do PCdoB em Xambioá (TO), e registra a sua morte no dia 25 de dezembro. No Relatório do Ministério da Aeronáutica consta ter sido militante do PCdoB e guerrilheiro no Araguaia. Nas fichas entregues ao jornal *O Globo*, em 1996, também está anotado sobre ele: *"Guilherme Gomes Lund, morto em 25 Dez 73 (Eq D2)"*.



LIBERO GIANCARLO CASTIGLIA (1944-1973)

Número do processo: 252/96

Filiação: Elena Gibertini Castiglia e Luigi Castiglia

Data e local de nascimento: 04/07/1944, San Lucido, Cozenza/Itália

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 25/12/1973 ou março/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Italiano da cidade de San Lucido, na Calábria, Libero veio para o Brasil com a mãe, Elena Castiglia, e os três irmãos, em 1955. Tinha 11 anos de idade. O pai, o pedreiro Luigi Castiglia, já havia desembarcado no Rio de Janeiro em 1949. Elena era filiada ao Partido Comunista Italiano e Luigi ao Partido Socialista. No Rio, moraram em Bonsucesso e em Ramos. Libero fez um curso de torneiro mecânico no Senai e começou a trabalhar como operário metalúrgico.

Tornou-se amigo, desde a adolescência, de André Grabois, também desaparecido no Araguaia. Em 1963, ajudou a pichar o morro do Pão de Açúcar com a palavra "Fidel", em homenagem ao líder da revolução cubana. Após abril de 1964, devido a perseguições políticas, passou a militar clandestinamente e residiu em Rondonópolis, onde teve uma oficina com Daniel Calado. Em 1967, sua mãe ficou sabendo que Giancarlo tinha ido para a

China, enviado pelo PCdoB. No Natal de 1967, chegou ao Araguaia, junto com Maurício Grabois e Elza Monnerat, estabelecendo residência na área da Faveira, onde abriu um pequeno comércio. Também trabalhava na roça e como piloto de um pequeno barco a motor.

No Araguaia, Libero adotou o codinome João Bispo Ferreira da Silva. Era conhecido na região por Joca. Era tão popular que virou padrinho de várias crianças. Na guerrilha, tornou-se companheiro de Lúcia Maria de Souza, a Sônia, estudante de medicina, negra, nascida em São Gonçalo, no Rio. Segundo relatos de seus companheiros, era solidário, estava sempre disposto a ajudar e a cumprir as tarefas mais difíceis. Foi comandante do Destacamento A. Mais tarde, passou a fazer parte da Comissão Militar, sendo substituído por André Grabois no comando daquele destacamento. Está desaparecido desde o ataque às Forças Guerrilheiras no dia 25/12/1973.

Em 1970, a mãe Elena adoeceu e, por recomendação médica, voltou para San Lucido. Hoje, aos 90 anos, ainda guarda a esperança de saber o que aconteceu com seu filho.

O governo da Itália já gestionou formalmente junto ao governo brasileiro, manifestando interesse na localização dos restos mortais de Castiglia, para possível traslado e funeral na Itália. Em 07/02/2007, matéria do jornalista Hugo Marques, na revista *IstoÉ*, trouxe declarações da mãe de Libero: "*Nossa família está pedindo ao governo da Itália que peça ao governo brasileiro notícias sobre este cidadão italiano.(...) O meu filho é uma pessoa que só queria um Brasil melhor, liberdade e igualdade*". Em seguida, a senhora nonagenária faz um apelo direto ao presidente brasileiro: "*Lula foi um companheiro que sofreu muito também (...) Ele só tem que lembrar da sua história passada*". Prossegue o texto do jornalista: "*O caso Castiglia tem potencial para trazer muitos problemas ao Exército. O corpo de Libero Giancarlo é a prova material necessária que pode levar os italianos a exigir o julgamento na Corte Internacional de Justiça, em Haia, dos militares brasileiros responsáveis por sua morte. A mãe Elena acaba de escrever para o presidente da Itália, Giorgio Napolitano, exigindo que pressione o governo brasileiro pelos restos do filho. Só os militares sabem onde ele está*".

Em março de 2007, Dona Elena foi visitada em sua residência, na Itália, por um representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que colheu dela algumas gotas de sangue e pequenas amostras de unhas para o acervo do Banco de DNA dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que vem sendo montado desde setembro de 2006.

No livro *A Lei da Selva*, Hugo Studart, com base no Dossiê Araguaia, escrito por militares que participaram diretamente na repressão à guerrilha, sustenta que Libero Castiglia sobreviveu ao ataque do Natal de 1973 e teria morrido em março do ano seguinte.



PAULO ROBERTO PEREIRA MARQUES (1949-1973)

Número do processo: 159/96

Filiação: Maria Leonor Pereira Marques e Sílvio Marques Canelo

Data e local de nascimento: 14/05/1949, Pains (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 25/12/1973

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Paulo concluiu o curso científico no Colégio Lúcio dos Santos, em Belo Horizonte. Ingressou, em seguida, no curso pré-vestibular Pitágoras, preparando-se para o vestibular de Química. Era funcionário do Banco de Minas Gerais e participou ativamente da greve dos bancários de 1968, razão pela qual foi indiciado na Lei de Segurança Nacional, perdendo o emprego. Participava também do trabalho comunitário na Igreja de Santa Efigênia, de Belo Horizonte. Perseguido pelos órgãos de repressão do regime militar, passou a atuar na clandestinidade, indo viver em Itapetininga, no interior da Bahia, e depois no Rio de Janeiro. Em 1969, já militante do PCdoB, mudou-se para a cidade de Palestina, na região do Araguaia, onde montou uma pequena farmácia, junto com o companheiro Ciro Flávio Salazar Oliveira, também desaparecido. Ficou conhecido no lugar como Amauri da Farmácia.

Mais, Simão não disse. Perguntado sobre a responsabilidade de Osvaldão, nada respondeu. O tempo passou. Um dia, ao voltar de uma missão, Adolfo percebe a ausência do preso. Alguém diz que foi levado para Brasília. Mentira. Simão, indefeso, foi morto na mata".

Em 2003, na 49ª Feira do Livro de Porto Alegre, a deputada do PCdoB Jussara Cony participou do lançamento da obra *Para não esquecer o Araguaia – em memória do gaúcho Cilon*. O livro foi escrito pelo professor da Universidade Federal de Santa Maria, Diorge Konrad, trazendo depoimentos da vereadora Tânia Leão, de São Sepé, autora da lei que deu o nome Cilon Cunha Brum a uma praça naquela cidade.



ANTÔNIO DE PÁDUA COSTA (1943-1974)

Número do processo: 201/96

Filiação: Maria Jardilina da Costa e João Lino da Costa

Data e local de nascimento: 12/06/1943, Luís Correa (PI)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e 05/03/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Piauiense de Luís Correia, no Delta do Parnaíba, estudava Astronomia na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando começou a participar ativamente do Movimento Estudantil entre os anos de 1967 e 1970. Fez parte da do Diretório Acadêmico do Instituto de Física e foi membro do Conselho do Dormitório do Alojamento do "Fundão". Preso durante o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), foi indiciado em inquérito e passou a ser perseguido pelos órgãos de segurança do regime militar. Optou pela militância política clandestina, quando já era militante do PCdoB. Mudou-se em 1970 para o Araguaia, fixando residência na localidade de Metade, onde era conhecido como Piauí. Foi o vice-comandante do Destacamento A e, após a morte de André Grabois, assumiu o comando.

Conforme já transcrito na apresentação do caso Hélio Luiz Navarro de Magalhães, o Relatório Arroyo registra a ocorrência de um choque armado em 14/01/1974, no qual três guerrilheiros conseguiram fugir, mas não se sabia o que acontecera com outros três: Piauí (Antônio de Pádua Costa), Beto (Lúcio Petit da Silva) e Antônio (Antônio Alfaiate).

No já mencionado relatório dos quatro procuradores do Ministério Público Federal, apresentado em janeiro de 2002, a informação é colidente com a da Marinha: "*Piauí: Antônio De Pádua Costa, foi identificado sendo conduzido por soldados fardados na cidade de São Domingos do Araguaia. Depois de preso trabalhou como guia para as Forças Armadas na base da Bacaba, havendo, inclusive, foto sua em uma equipe. Manoel Leal Lima (ex-guia conhecido como Vanu) relatou que ao final da guerrilha Piauí foi morto na Bacaba, assim como Duda e Pedro Carretel. Vanu disse ter acompanhado a equipe que os executou*".

O livro de Elio Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, vai na mesma direção: "*Piauí, um dos quadros mais qualificados do PCdoB, andou pelo mato por várias semanas, até que um menino que o acompanhava (cujo pai aderira à guerrilha e fora morto) resolveu levá-lo à casa de um tio. Estava faminto, seminu. Foi entregue à tropa, que o encapuzou, amarrou e levou para a Bacaba. O mateiro Peixinho acompanhou-o em cinco patrulhas na busca por depósitos de armas ou mantimentos. A princípio Piauí ia amarrado. Depois andava com a tropa. Um dia disseram ao mateiro que Piauí não o acompanharia mais*".

O livro de Hugo Studart informa que, no Dossiê Araguaia, a data apontada para a morte é 24/01/1974. O livro *Operação Araguaia*, de Tais Morais e Eumano Silva, acrescenta detalhes sobre a vida e morte de Antônio de Pádua Costa no Araguaia: "*Moradores contam que em uma festa, em meados de 1973, Piauí dançou e namorou uma moça a noite inteira – sem tirar a arma das costas. Tinha temperamento alegre e brincalhão. Preso na casa do morador Antônio Almeida, foi obrigado a andar com o Exército diversas vezes pela mata, em busca dos depósitos de suprimentos. Levou os militares a esconderijos vazios. O ex-guia do Exército Manoel Leal de Lima, o Vanu, afirmou, em depoimento ao Ministério Público, tê-lo visto preso na base de Bacaba. Algum tempo depois, encontrou o corpo na mata, ao lado de outros dois guerrilheiros. Piauí é apontado em duas fotos dos arquivos do Ministério Público. Em uma, está cercado de militares armados. Na outra aparece dentro de*

um buraco do Vietnã. De acordo com a Marinha, Piauí foi morto pela guerrilheira Rosinha, codinome de Maria Célia Corrêa, no dia 5 de março de 1974. A versão não faz sentido".



JOSÉ HUBERTO BRONCA (1934–1974)

Número do processo: 071/96

Filiação: Ermelinda Mazzaferro Bronca e Huberto Atteo Bronca

Data e local de nascimento: 08/09/1934, Porto Alegre (RS)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 13/03/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascido em Porto Alegre e sem a letra m na grafia de seu nome, por influência do italiano de seus pais, José Huberto era um desportista. Dedicou-se ao ciclismo, motociclismo, natação e remo, tendo conquistado medalhas nesta última modalidade. Desempenhou várias atividades profissionais, chegando a trabalhar em circo como equilibrista de monociclo. Fez o primário na escola do Rosário e o curso de mecânica de máquinas na Escola Técnica de Parobé. Formou-se em mecânica de manutenção de aeronaves e trabalhou na VARIG durante muitos anos. Sua militância política é anterior a abril de 1964. Após o Golpe de Estado, já integrado ao PCdoB, foi para o exterior, permanecendo durante algum tempo na China, onde teria recebido treinamento de guerrilha na Academia Militar de Pequim. Em 1966, voltou ao Brasil e passou a atuar na clandestinidade, no Rio de Janeiro. Vivia num pequeno quarto em São João de Meriti.

Chegou ao Araguaia em meados de 1969. Foi vice-comandante do Destacamento B, sendo conhecido como Zequinha ou Fogoió, até ser deslocado para a Comissão Militar, onde fazia parte da guarda. No dia de Natal de 1973, estava no acampamento atacado pelo Exército. Consta em certidão enviada pela ABIN à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos que, em maio de 1972, "*pediu emprego em uma fazenda de nome Suiá Missu, mas como não conseguiu uma vaga, se deslocou para São Félix do Araguaia e de lá para Santa Terezinha. Era guerrilheiro ligado ao PCdoB, em Xambioá/PA*". O Relatório do Ministério da Marinha registra que Bronca foi "*morto em 13 de março de 1974*".

Segundo o relatório de viagem à região do Araguaia, de Dower Moraes Cavalcante, apresentado à Comissão Justiça e Paz, em 10/12/91: "*Na grande maioria das vezes, os soldados, após os combates, resgatavam os corpos para as bases de Xambioá ou São Geraldo. Outras vezes, enterravam os guerrilheiros mortos no próprio local do combate, depois de fotografá-los, levando apenas a cabeça para proceder à identificação. Desta forma, há guerrilheiros que foram sepultados, ou deixados insepultos, nas áreas de Bacaba, Metade, Gameleira e Caianos. É o caso de Zequinha que, acompanhado de Daniel Calado e José Huberto Bronca, caiu numa emboscada na área de Formiga. 'Zequinha' morreu, e foi enterrado lá mesmo.(...)*".

O jornalista Elio Gaspari escreve em *A Ditadura Escancarada*: "*Sabe-se também como foi capturado Zeca Fogoió (José Humberto Bronca), o último sobrevivente da comissão militar da guerrilha: no início de janeiro ele se acercou da casa de um camponês e lhe pediu água, comida e chão para repousar. Recebeu água e sentou-se num toco à beira de um mandiocal. O menino da casa foi mandado à fazenda onde estava o comando das patrulhas do lugar. Rendido, o guerrilheiro pediu: 'Doutor, não vai me matar'. Tinha o corpo coberto por ulcerações de picadas de mosquitos e desnutrição. Numa mochila de aniagem carregava carne de macaco e mandioca. Identificou-se como José Humberto Bronca. Quando o helicóptero chegou, trazendo sargentos do CIE, um deles esclareceu: 'Que Bronca coisa nenhuma, esse é o Fogoió'. Segundo o registro da Marinha, ele morreu no dia 13 de março de 1974*".



DERMEVAL DA SILVA PEREIRA (1945–1973)

Número do processo: 130/96

Filiação: Francisca das Chagas Pereira e Carlos Gentil Pereira

Data e local de nascimento: 16/02/1945, Salvador (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e 28/03/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiano de Salvador, Dermeval concluiu o curso secundário no Colégio Estadual daquela capital e, em 1965, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, onde foi diretor do Centro Acadêmico. Em 1969, foi expulso da Universidade por força do Decreto 477. Transferiu-se então para a Universidade Católica de Salvador, concluiu o curso e passou a trabalhar como advogado. Em 1971 foi processado e condenado à revelia pela Auditoria Militar de Salvador por sua atuação política. Depois disso, já militando no PCdoB, foi viver clandestinamente na região do Araguaia, estabelecendo-se na localidade chamada Metade, integrado ao Destacamento A da guerrilha, onde era conhecido como João Araguaia.

Em *A Ditadura Escancarada*, escreve o jornalista Elio Gaspari: "*João Araguaia, que participara do ataque ao posto da PM e escapara da emboscada em que morrera André Grabois, partira à frente de um dos cinco grupos formados no dia 30 de dezembro. Provavelmente no final de janeiro, a sorte protegeu-o de novo. Foi com o guerrilheiro Manoel (Rodolfo de Carvalho Troiano) à casa de um lavrador para devolver-lhe o filho Sebastião, que acompanhara a guerrilha. Continuava robusto, vestia bermudas e carregava uma submetralhadora. O pai do menino foi para a Bacaba e avisou os militares. Voltou com doze soldados. Guiados por Sebastião, entraram na mata, e deu-se um tiroteio. Manoel, ferido, foi morto com um tiro na cabeça. Tempos depois, magro, amarelado e cabeludo, João pediu a um lavrador que o entregasse ao Exército. Foi metralhado na Bacaba*".

O relatório assinado em 28/01/2002 pelos procuradores Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr anota seu nome entre as pessoas que foram vistas presas, conforme depoimentos colhidos por eles na região em 2001: "*João Araguaia: Dermeval Da S. Pereira, que se entregou ao Exército na casa de um depoente após intermediação de Luiz Garimpeiro. Foi visto por outro depoente na base da Bacaba, quando estaria sendo transferido para Marabá. Teria sido morto por ter jogado um copo d'água em um militar*".

Segundo depoimento prestado por José da Luz Filho, também morador da região, Dermeval teria sido preso na casa de uma moradora da região do Araguaia, de nome Nazaré Rodrigues de Sousa. O relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa registra que "*Dermeval foi morto em 28 de março de 1974*". Hugo Studart, em *A Lei da Selva* faz referência a depoimentos da população dando conta de que teria sido preso e depois fuzilado no DNER de Marabá. Informa também que o Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram diretamente do combate à guerrilha, aponta sua morte como ocorrida em janeiro de 1974.



DINAELZA SANTANA COQUEIRO (1949–1973)

Número do processo: 047/96

Filiação: Junília Soares Santana e Antônio Pereira de Santana

Data e local de nascimento: 22/03/1949, Vitória da Conquista (BA)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 08/04/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Baiana de Vitória da Conquista, estudou em Jequié (BA), no Instituto Educacional Régis Pacheco, onde organizou o grêmio dos alunos. Em 1969, foi para Salvador cursar Geografia na Universidade Católica. Participou ativamente do Movimento Estudantil, sendo eleita para a Comissão Executiva do DCE. Nessa época, casou-se com Vandick, estudante de Economia, também desaparecido no Araguaia. Em 1970, ela e o marido já integravam o comitê estudantil do PCdoB. Trabalhou na empresa aérea Sadia, depois Transbrasil, até 1971, quando pediu demissão e foi deslocada para a região do Gameleira, no Araguaia, onde se tornou mais conhecida como Mariadina.

No sul do Pará, integrou o Destacamento B da guerrilha. Dinaelza participou de vários enfrentamentos armados. Sinésio Martins Ribeiro, guia do Exército na época, afirmou em depoimento prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01: "*ficou sabendo pelo Pedro Galego e Iomar Galego que a Mariadina (Dinaelza) foi presa no rumo da OP-1, dentro da mata; que quem prendeu ela foi o mateiro Manoel Gomes e entregou para o Exército; que segundo soube o depoente, ela foi levada para a casa do Arlindo Piauí para contar onde estavam os outros e outras informações; que ela não falou nada; que lhe contaram que ela era muito bruta, porque ela não respondia nenhuma das perguntas e também cuspiu nos doutores; que por isso mataram ela um pouco adiante da casa do Arlindo Piauí, dentro da mata; (...)*".



LÚCIO PETIT DA SILVA (1943-1974)

Número do processo: 033/96

Filiação: Julieta Petit da Silva e José Bernardino da Silva Junior

Data e local de nascimento: 01/12/1943, Piratininga (SP)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: entre janeiro e julho de 1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

O mais velho dos três irmãos Petit desaparecidos no Araguaia, cursou o primário em Amparo, interior de São Paulo, e o ginásio em Duartina, no mesmo estado. Começou a trabalhar cedo e foi viver com um tio em Itajubá, Minas Gerais, onde terminou o curso colegial e se formou engenheiro. Iniciou sua militância política nas atividades estudantis do Diretório Acadêmico do Instituto de Engenharia de Itajubá. Chegou a participar das atividades do Centro Popular de Cultura da UNE. Escrevia poemas e crônicas sobre os problemas sociais do país para o jornal *O Dinamo*, do Diretório Acadêmico. Em 1965, trabalhou nas empresas Light, Engevix e na Companhia Nativa em Campinas.

Militante do PCdoB, foi deslocado para o Araguaia em 1970, onde ficou conhecido como Beto. Pertencia ao Destacamento A, sendo promovido a vice-comandante após a morte de André Grabois em 14/10/1973. Foi visto vivo pela última vez por seus companheiros no dia 14/01/1974.

O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, confirma sua morte, mas indica como data março de 1974, em desacordo com vários depoimentos de moradores da região.

O livro *Operação Araguaia* traz mais informações sobre Lúcio: "*O mais velho dos três irmãos guerrilheiros formou-se em Engenharia em Itajubá, Minas, e trabalhou em São Paulo antes de deslocar-se para o sudeste do Pará. Vivía na área do Destacamento A com Lúcia Regina, a paulista que fugiu de um hospital em Anápolis para não mais voltar para o Araguaia. Sério, calado e determinado, Lúcio destacava-se na escola, gostava de estudar línguas e recitar poesias. A morte prematura do pai o levou a trabalhar desde cedo para ajudar a família. Teve forte influência na formação política dos irmãos Jaime e Maria Lúcia. Foi o último a morrer na guerrilha. Moradores afirmam tê-lo visto ser preso pelo Exército no dia 21 de abril de 1974, na casa de Manoelzinho das Duas*".

Já o livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, sempre apoiado em informações do Dossiê Araguaia, produzido por militares que participaram do combate à guerrilha, aponta dados discrepantes: "*Foi preso em julho de 1974, ao final da guerrilha. Levado para Marabá, Beto foi longamente interrogado por militares que chegaram de Brasília. Reconheceu mapas da região, relatou o cotidiano da guerrilha, ensinou uma receita de jabuti com castanha, discutiu política e ideologia com os militares. Até o fim manteve suas crenças na revolução socialista, de acordo com os militares que o interrogaram. Levado de helicóptero para algum ponto da mata, foi executado por uma equipe do Exército*".



ELMO CORRÊA (1946-1974)

Número do processo: 040/96

Filiação: Irene Creder Corrêa e Edgar Corrêa

Data e local de nascimento: 16/04/1946, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 14/05/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Carioca de nascimento, Elmo cursou até o 3º ano da Escola de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro, onde participou do Movimento Estudantil. Casado com Telma Regina Cordeiro Corrêa, foram juntos para a região do Araguaia, em fins de 1971, onde desapareceriam três anos mais tarde. Sua irmã, Maria Célia Corrêa, casada com João Carlos Wisnesky, conhecido como Paulo Paquetá, que desertou da guerrilha, também desapareceu no Araguaia no ano de 1974.